Padre Ibiapina na trama sociopolítica do seu tempo: 1873-1875

Pe. Ernando Luiz Teixeira de Carvalho*

Estamos para iniciar o último quartel do século XIX. Os conflitos desse período apontam para as próximas mudanças políticas, sociais, religiosas e culturais com o fim da escravidão pela Lei Áurea, o fim do Império pela proclamação da República, o fim do Padroado Régio com a separação entre Igreja e Estado. Pelo país, a Modernidade começa a apresentar seus sinais por meio de movimentos e organizações libertárias. O Padre José Antonio de Maria Ibiapina, filho e irmão de revolucionários martirizados[1], está no meio dos conflitos, participando de sua efervescência regional.

Não apenas quando deputado[2] (1834-1837), mas por toda a sua vida, Ibiapina empreendeu uma complexa e vasta ação também de caráter político, no sentido mais autêntico do termo, pelo bem comum, privilegiando os menos favorecidos do interior nordestino. Esse caráter político de sua atuação, como advogado, juiz ou padre missionário, a nosso ver, é um viés que ainda precisa ser devidamente explorado. Destacamos, agora, seu confronto direto com a Maçonaria que, no tempo, representava a mão mais poderosa do governo imperial.

* Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

1 Como sabemos, com o fracasso da Confederação do Equador, o movimento revolucionário de 1824, seu pai foi condenado e executado em praça pública, aos 7 de maio de 1825, em Fortaleza. Seu irmão mais velho, Alexandre Raimundo Pereira Ibiapina, mandado para prisão perpétua em Fernando de Noronha, morreu pouco tempo depois.

2 Excelente resumo sobre a destemida atuação de Ibiapina na Câmara dos Deputados se encontra em F. Sadoc de Araújo, **Padre Ibiapina, peregrino da caridade**. São Paulo: Paulinas, 1996, pp.150-189.

1. Ibiapina e a Maçonaria em Campina Grande.

1.1. O enfrentamento

No ano de 1873, provavelmente no mês de novembro, estando o Padre Ibiapina em Umbuzeiro, seguiu para a cidade de Campina Grande a fim pregar missões e lá encontrou a Maçonaria de bandeira levantada. O Irmão Aurélio, beato que o acompanhava, deixou registrado em seu "itinerário" que o Padre Mestre, "achando a maldita maçonaria em seu auge, teve muito que combater qual valente e fiel soldado, defendendo a Santa Religião Católica, que se achava tão ultrajada e perseguida por aqueles perversos, que não temiam a Deus nem as penas eternas do inferno. Enfim, o zeloso Apóstolo, amante da Santa Religião, deu princípio à missão, não temendo nada, nem aos mesmos maçons, que até queriam tirar-lhe a vida. Pregava com tanta força e coragem, em defesa da Religião Católica, que confundia a incredulidade daqueles infelizes que estavam com o coração tão empedernido que até proibiam os filhos de assistirem ao catecismo, que era explicado nesse tempo. Porém, nada o intimidou nem interrompeu a sua missão. Levantou a voz e clamou contra a maldita seita com tanta coragem que causava admiração". O Missionário ainda determinou que as Irmãs de Caridade explicassem o catecismo para as meninas, enquanto o Irmão Beato fizesse o mesmo para os meninos. "Fez, meu Pai, todo empenho para ver se ao menos as crianças aproveitavam a palavra de Deus"[3].

Segundo Hélio Zenaide, jornalista, historiador e maçom, o primeiro grande conflito da Igreja Católica com a Maçonaria na Paraíba aconteceu na cidade de Campina Grande, em 1873, com a criação da Loja Maçônica Segredo e Lealdade. O conflito deve ter sido esse mesmo que o Irmão Aurélio registrou no seu relato das viagens missionárias. Na versão do historiador, o mesmo fato é narrado de maneira bem diferente. Diz Hélio Zenaide que "em virtude da chamada Questão Religiosa e da prisão de D. Vital, bispo de Olinda, o vigário de Campina Grande, padre Calixto da Nóbrega, declarou guerra à Maçonaria na Serra da Borborema. Para reforçar ainda mais o combate, chamou em seu auxílio o padre Ibiapina, missionário de grande força no seio do povo nordestino. Eles instigaram,

[3] Cf. Carvalho, Ernando Luiz Teixeira de. **A Missão Ibiapina**. Passo Fundo, Ed. Berthier, 2008, pp. 115-116. Ver também, às pp. 178-182, um escrito de 1870, com provável autoria do Padre Ibiapina, sobre a Igreja perseguida pela maçonaria. O texto termina com a frase "Fique por agora esta página para perpétua memória", acentuando a gravidade do que foi escrito. Para outras citações dessa obra, usaremos apenas **A Missão Ibiapina**.

de tal forma, o povo de Campina Grande, contra a Maçonaria, que os maçons esperavam, de uma hora para outra, uma explosão de fanatismo exacerbado. E isso não demorou. [...] Em 1875 surgiu uma nova Loja em Campina Grande, a Loja Maçônica Vigilância e Segredo, e, logo em seguida, uma outra, a Loja Maçônica Renascença. Era um desafio: mais duas Lojas Maçônicas em Campina Grande? Chegou outro missionário à cidade, o Frei Herculano[4] e, ao realizar uma Santa Missão, arrastou o povo às ruas, instigou, invadiu e destruiu a Loja Maçônica Renascença! Isto no centro da cidade de Campina Grande"[5].

Para o Irmão Aurélio, porém, outras são as considerações: "Oh! quanto não sofreu o Sagrado Ministro, aquele herói da Religião, naquela ingrata terra! Mas, como o desejo dele era sofrer, por isso não houve nada que o impedisse de cumprir o Santo dever de que se achava encarregado. Ainda mais, sentia por ver tantos habitantes e poucos se esmeravam pela Religião, sendo todos filhos de um só Deus!" Findando a missão em Campina, Ibiapina seguiu para a Casa de Caridade de Pocinhos, chegando de volta à Santa Fé no dia 29 de dezembro desse mesmo ano de 1873[6]. Na cidade de Campina Grande e em outros lugares, o Padre Mestre enfrentava a maçonaria com seus sermões e conferências.

---

[4] Trata-se do Padre Hermenegildo Herculano Vieira, conhecido como Frei Herculano. O Padre nasceu na região da Quixaba, sertão da Paraíba, em 1820, estudou no Seminário de Olinda e foi ordenado sacerdote em 1845. Contemporâneo do Padre Ibiapina, também se dedicou a pregar missões por todo o Nordeste, além de construir igrejas, cruzeiros e cemitérios, enfrentando os problemas do seu tempo. Faleceu a 05 de agosto de 1885, na Serra do Ponte, em lugar conhecido por Pontina, então distrito de Serra Redonda, que pertencia ao município de Ingá-PB. Seus restos mortais repousam em uma pequena capela nos fundos do cemitério da cidade de Ingá. Sua história de vida missionária ainda precisa ser escrita!

[5] Zenaide, Hélio Nóbrega. "A Maçonaria na Paraíba", in *RIHGP*. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. SECE, João Pessoa, 2000, p.317. Segundo Hélio Zenaide (1926-2017), a primeira Loja Maçônica instalada na Paraíba foi a Loja Regeneração Brasílica, na Capital, em 1865. No mesmo ano surgiu, na cidade de Mamanguape, a União e Beneficência. A terceira foi a Loja Segredo e Lealdade, de Campina Grande, em 1873. Diz o escritor que todas surgiram pelas ideias republicanas e movimentos de abolição da escravatura. Em 1875, mais duas Lojas foram criadas em Campina Grande: a Vigilância e Segredo e a Renascença. Em 12 de fevereiro de 1877, na Capital, foi fundada a Constância e Lealdade e, em 1882, a Lealdade e Perseverança. Afirma Zenaide, porém, que todas essas Lojas Maçônicas, citadas em sua explanação, cerraram suas portas e os seus arquivos se perderam no tempo. Com exceção da Loja Regeneração do Norte, na Capital, a qual ele pertencia, fundada em 1898 e ainda em funcionamento, todas as atuais Lojas, na Paraíba, foram criadas a partir do século XX.

[6] Cf. **A Missão Ibiapina**, p. 116.

1.2. A Questão Religiosa

Em nossa região, a conhecida Questão Religiosa eclodida no Recife, em 1872, foi especialmente dolorosa para a Igreja, com a perseguição e prisão de Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (em 02 de janeiro de 1874), então bispo de Olinda, e de Dom Antônio de Macedo Costa, bispo de Belém do Pará (em 28 de abril do mesmo ano). Enquanto cumpriam suas penas, o Governo perseguia os dirigentes católicos do Recife, encarcerando vários deles e expulsando os Jesuítas de Pernambuco.

A luta entre Igreja Católica e Maçonaria no Brasil começou em virtude de um fato ocorrido no Rio de Janeiro[7], antes de D. Vital assumir suas funções como bispo de Olinda. No Rio, em março de 1872, houve uma festa da Maçonaria comemorando a Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro do ano anterior, e um dos oradores do evento foi o padre Almeida Martins, que também era maçom. O Bispo, D. Pedro Maria de Lacerda, chamou o Padre Martins para ponderar-lhe sobre a incompatibilidade de ser padre e maçom ao mesmo tempo, exigindo seu desligamento da instituição maçônica. Não atendendo aos apelos do seu superior hierárquico, o Padre foi suspenso de ordens. A Maçonaria considerou-se, então, atingida nos seus brios e decidiu iniciar uma grande campanha contra a Igreja Católica por todo o país[8].

1.3. Alguns ataques

No Recife, os ataques de membros da Maçonaria contra os Jesuítas, fiéis apoiadores do Bispo, foram marcados por muita violência. Depois de uma manifestação de apoio ao Deão do Cabido da Sé, suspenso de ordens por Dom Vital por ter se recusado a deixar a Maçonaria, os maçons saíram

[7] O "pano de fundo" mais instigante para a questão foi, sem dúvida, a encíclica "*Quanta cura*", publicada pelo papa Pio IX, em 1864, que condenava a Maçonaria e tinha como apêndice o famoso "*Syllabus*", uma relação dos oitenta erros que o mundo moderno cometia contra a Igreja.

[8] Para viabilizar a campanha, os maçons fundaram inúmeros jornais pelo Brasil afora: no Rio, o jornal "A Família"; em São Paulo, o "Correio Paulistano"; em Porto Alegre, "O Maçom"; no Pará, o "Pelicano"; no Ceará, "A Fraternidade"; no Rio Grande do Norte, "A Luz"; em Alagoas, "O Labarum" e na capital pernambucana, dois, "A Família Universal" e "A Verdade". Desse modo, quando D. Vital chegou ao Recife, tomando posse da diocese em 24 de maio de 1872, já encontrou em atividade os jornais maçônicos que procuravam atingi-lo com provocações constantes.

para invadir, depredar e saquear o Colégio S. Francisco Xavier, da Companhia de Jesus. Fundado em 1867, o Colégio foi fechado em 1873 por causa das perseguições. Na capela, quebraram púlpito, confessionários, imagens, desapareceram com objetos de valor e espancaram os fiéis que, na ocasião, celebravam o Mês de Maio. Em seguida, empastelaram os jornais católicos, "O Católico" e "A União", agredindo seus funcionários e os próprios Jesuítas, alguns dos quais foram apunhalados e um dos Irmãos morreu mais tarde, em consequência dos golpes recebidos. Depois, arrombaram o Colégio das Irmãs Dorotéias e, em seguida, foram afrontar Dom Vital no Palácio da Soledade, então residência oficial dos Bispos[9].

Na Paraíba, ainda nos inícios do século XX, o seu primeiro bispo, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, sobretudo através do jornal "O Comércio", também sofreu com os ataques e investidas da maçonaria na Capital do Estado. "O Comércio", tendo o maçom major Artur Aquiles dos Santos como seu redator-chefe, procurava desprestigiar o bispo diocesano e o clero em geral, atacando, satirizando, ridicularizando, caluniando, investindo pesado para afastar os fiéis, especialmente as senhoras católicas, da Igreja.

Tendo o Cônego Francisco Lima, nosso literato e historiador, realizado um trabalho magistral sobre a vida de Dom Adauto, é interessante conferir o que ele deixou escrito a respeito da pesquisa que empreendeu sobre a questão, relatando acontecimentos deploráveis e citando os jornais do tempo. A propósito, como coligiu muitos e variados fatos dos ataques maçônicos à Igreja e seus representantes, salienta o Cônego Lima: "Os documentos que focalizam esses fatos são raríssimos hoje [início da década de 1950]. Dentro de algum tempo talvez nem existam mais, tão cruel e devastadora é a traça. Perlustrando-os com o maior carinho, resumimo--los, sumariamo-los num verdadeiro arrojo de síntese, para informarmos o historiador do futuro. Somos nisto apenas um retratista da época, *sine ira nec ironia*"[10]. A maçonaria continua ativa, mesmo que usando outros métodos, com maneiras mais dissimuladas de presença.

---

[9] Essas e outras informações do tempo encontram-se no livro **D. Vital -- Um Grande Brasileiro**, da autoria de Frei Felix de Olivola, OFMCap., Recife: Edição da Imprensa Universitária, 1967, citado por uma infinidade de autores.

[10] Cf. Lima, Pe. Francisco, **Dom Adauto – subsídios biográficos**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956, vol. I, pp. 214-215. Vale conferir todo capítulo IX – O quinquênio 1900-1905, pp.195-240. Segunda edição: João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

2. Ibiapina e o Quebra-Quilos em Santa Fé.

2.1. O enfrentamento

"O verbo de satanás conspirou, mas seus sectários, hostilizando o Apóstolo da Caridade, perderam na trama da covardia. Só Deus é bom e grande! Só Deus faz dos fracos fortes, e por Ele os valentes são esmagados!" Com essas vigorosas expressões, a Irmã Vitória de Santa Júlia Ibiapina começa a narrar o "infausto parágrafo do Quebra-Quilos".

No dia 8 de dezembro de 1874, uma carta entregue ao Padre Ibiapina, na Casa de Caridade de Santa Fé, alertava sobre sua possível prisão. Não ficou declarado, porém, quem escreveu e lhe enviou a tal carta, se algum amigo ou se alguém do Governo. Alguns dias depois, chegou uma pessoa trazendo a notícia de que uma tropa se encaminhava para Arara. Todos ficaram temerosos, mas se diziam dispostos a morrer por amor de Deus, junto com o Padre Mestre. "As pessoas de fora queriam armar-se contra os tiranos, porém meu Pai, com todo o sossego e tranquilidade, disse-lhes que tal não fizessem; e elas, impedidas disso, vinham somente umas com as foices de seus trabalhos, outras com os bordões e assim passou-se este amargurado dia, todos com os corações desassossegados. Somente nosso virtuoso Pai mostrava-se contente, tranqüilo e bem conformado com o que pudesse acontecer". Nesse dia também nada aconteceu. No entanto, pouco tempo depois, apareceu uma tropa militar pela povoação de Arara, mas com outras orientações, mesmo que mostrasse "ter aversão a meu Pai e à Caridade", diz a Irmã[11].

2.2. A rebelião

O "Quebra-Quilos" foi um movimento de revolta que partiu da então vila de Fagundes, na serra da Borborema, nas proximidades de Campina Grande, e se alastrou por outras cidades e povoados da Paraíba, chegando até as províncias do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas, pelo mês de novembro de 1874. Uma carga de rapadura atirada por feirantes contra um cobrador de impostos, na feira de Fagundes, foi o ponto de partida da rebelião que se espalhou por várias localidades paraibanas como Campina Grande, Pocinhos, Ingá, Cabaceiras, Areia, Arara, Alagoa Nova, Alagoa

[11] Cf. **A Missão Ibiapina**, pp. 118-122 para todas as citações desse item.

Grande, Bananeiras, Araruna, Guarabira, Pilar, Salgado e Mamanguape. Eram grupos armados de populares que se rebelavam e saíam atacando feiras e pequenos estabelecimentos comerciais, quebrando metros, balanças e litros, causando muita desordem com assaltos, depredações, incêndios e outros atos de destruição.

Tratava-se de uma reação popular contra os impostos provinciais, o alistamento militar e, sobretudo, contra a mudança do sistema de pesos e medidas. O novo sistema deixava o povo com a sensação ou certeza de ser enganado mais uma vez. Podemos dizer que o Quebra-Quilos foi um movimento dos homens pobres e livres, já tendo perdido muitos dos seus filhos para a guerra do Paraguai (1864-1870), desesperados pelas secas e pelas epidemias, cansados de serem explorados pelo Governo.

O governo Provincial interveio com um contingente de mais de 1000 soldados, inclusive com a ajuda de Pernambuco e da Bahia, para debelar o movimento. A repressão que se seguiu foi violenta, com prisões em massa, pois que não havia, propriamente, líderes. Uma prática comum de castigo aos revoltosos era o chamado "colete de couro", que consistia num pedaço de couro cru preso sobre o tórax e as costas do prisioneiro. Diz o jornal *O Cearense*, em 24.12.1874: "*Os infelizes que cahiam na rede eram postos nos coletes de couro, que comprimem-lhes as carnes, estragam-lhes a saúde e arrancam-lhes dolorosos gemidos. Na povoação do Cuité foi comprada porção de sola para os coletes, e na cidade de Areia entraram 6 ou 8 recrutas ligados com aquelle bárbaro instrumento e carregando moxilas dos soldados*". Sendo o couro molhado, ao secar comprimia o peito, violentamente, causando lesões cardíacas e até a morte por asfixia.

Muitos cidadãos, considerados com alguma influência sobre o povo, foram presos, entre os quais o vigário de Campina Grande, padre Calixto Correia da Nóbrega, depois inocentado. Somente em janeiro de 1875, as autoridades provinciais conseguiram sufocar o movimento e suas manifestações populares[12].

[12] Cf. Andrade, Delmiro Pereira. **Evolução histórica da Paraíba do Norte.** Rio de Janeiro: Minerva, 1946, pp. 199 – 203. Cf. também Joffily, Geraldo Ireneo. **O Quebra-Quilo – A revolta dos matutos contra os doutores – 1874**. Brasília: Thesaurus Editora, 1974; Souto Maior, Armando. **Quebra-Quilos – Lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasiliana v. 366, 1978. A prática de tortura com o *colete de couro* parece ter sido utilizada desde a Guerra do Paraguai. Segundo testemunhos do tempo, era de cortar coração ver aqueles homens, assim encouraçados, quase sem fôlego, alguns a vomitar sangue, conduzidos pelos caminhos.

2.3. Ibiapina resguardado

Pela relação direta que o Padre Ibiapina mantinha com a população, pelos sermões contra a maçonaria que dominava o Governo, por sua amizade com o vigário de Campina Grande e por encontrar-se na região mais inflamada pelos revoltosos, tornou-se alvo fácil de acusações. *O Apóstolo*, jornal católico do Rio de Janeiro, do domingo, 29 de novembro de 1874, em sua primeira página, noticia a gravidade dos conflitos desse tempo e procura defender o Padre Ibiapina das incriminações que lhe estavam sendo dirigidas por parte do governo, em Pernambuco e na Paraíba. Segue a transcrição de parte do artigo do referido jornal:

> "*... sobre os tristes acontecimentos da Parahyba do Norte, devemos desde já protestar contra a imputação, que se faz ao Dr. Ibiapina, de estar agitando o povo do sertão (telegramma da Nação). A elle sem duvida se refere o Globo quando diz, que um fanático vive pregando no sertão doutrinas extravagantes cercado de muitos adeptos. O Dr. Ibiapina, maior de setenta annos, sacerdote illustrado e virtuoso, seria incapaz de agitar os espíritos de seus ouvintes para a obra do crime, para scenas de sedição e de sangue. Sua palavra na tribuna sagrada foi sempre, como somos informados, uma palavra de paz e de amor; sua vida se tem passado a levantar templos, e construir cemitérios, a instituir casas de beneficência para a infância desvalida, asylos para as mulheres, que conheceram a tempo a insanidade da vida mundana, e hospitaes para as victimas de enfermidades de que se não podiam tratar com os próprios meios.*
>
> *E por isso, e por isso somente, que elle tem o respeito, o amor, e a devoção de todos os povos que habitam os sertões das províncias de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, e Ceará; e é por isso também, que nos julgamos autorisados a dizer, que essa voz, porque é a voz de religião, em vez de ser a voz da anarchia, é talvez a única voz que poderá acalmar nesses lugares as ondas da agitação popular. [...] Attenda o governo para estes factos, e convença-se de que no virtuoso missionario Ibiapina encontrará, não um fanático, que açule as massas populares, mas o racional instrumento com que pode fazer restabelecer a paz entre povos que o amam e consideram. E nem poderia deixar de ser assim, porque esse homem, depois de haver figurado na representação nacional; depois de ter ocupado a cadeira do magistério do corpo juridico de Olinda, e a de magistrado da província do Ceará; depois de haver advogado com distincção no Recife e em outros lu-*

> *gares, acabou de desenganar-se das grandezas humanas, e, coração ardente no amor do proximo, dedicou-se à prédica do evangelho, que civilisou os povos, e com essa prédica de todos os dias e de todas as horas ameiga actualmente o coração rude do sertanejo*"[13].

No Quebra-Quilos, além da reação popular contra os impostos provinciais, o alistamento militar ou recrutamento e a mudança do sistema de pesos e medidas, lembremos que o cenário político-religioso do tempo --- já muito tenso pela prisão de Dom Vital, em janeiro daquele mesmo ano de 1874 --- agravava o descontentamento de católicos, mas não determinava nem promovia a insurreição[14].

As acusações contra Ibiapina e outras lideranças religiosas partiam do Governo maçônico capitaneado pelo Comendador Lucena[15], então presidente da Província de Pernambuco. Era uma maneira de menosprezar a capacidade do povo de se rebelar e, ao mesmo tempo, de se eximir dos erros e arbitrariedades do próprio governo. Mesmo sem provas, Ibiapina era acusado pela "convicção" elaborada pelo comendador, como bem entendeu *O Apóstolo*. Isto é o que podemos conferir pelo que foi publicado em várias edições do referido jornal e como se pode ler no trecho destacado abaixo, com notícias saídas do Recife no dia 10 de dezembro de 1874 e publicadas na edição do dia 20 do mesmo mês e ano:

---

[13] O APOSTOLO, Rio de Janeiro, 29 de Novembro de 1874, edição n. 125, p.1.

[14] Para Horácio de Almeida, contestado por muitos outros historiadores, a questão religiosa deve ser considerada como o real motivo para o início do movimento contestatório, sabendo-se que muitos rebeldes entravam nas cidades gritando "morte aos maçons!". De fato, a revolta acontecia quando a luta entre Igreja e Estado estava no seu auge e muitos padres da região, como o vigário Calito da Nóbrega e o Padre Ibiapina, não economizavam sermões contra o Governo e contra a Maçonaria. Para Horácio de Almeida, o fanatismo religioso foi fator fundamental para que o Quebra-Quilos acontecesse. Cf. Almeida, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1979, p.168.

[15] Henrique Pereira de Lucena, (1835-1913), formado em Direito, começou sua carreira profissional como delegado no Recife. Maçom proeminente, exerceu o cargo de presidente de Pernambuco (1872-1875) e de mais províncias. No seu tempo, enfrentou vários problemas políticos e fez muitos inimigos. No período da Questão Religiosa comandou a perseguição e expulsão dos Jesuítas, além da prisão de Dom Vital. Foi implacável com os revoltosos do "Quebra-Quilos". Deputado Geral (1886–1889), presidiu a Assembleia Imperial quando foi votada a Lei Áurea, tendo recebido da Princesa Isabel o título de Barão de Lucena, como um reconhecimento por ter agilizado a tramitação do projeto da lei que colocava um fim no regime escravocrata.

> "Se faltasse outra prova, se a ilustração e verdadeira caridade daquele virtuoso apóstolo brasileiro não desmentissem tão infame calumnia, se os precedentes honrosíssimos do Dr. Ibiapina não fallassem mais alto do que todas as tramas do commendador Lucena, bastaria sómente a seguinte consideração, para convencer de que o padre Ibiapina não tem a mínima participação nos movimentos sediciosos. (...) Se, pois, o ilustre missionário tivesse o infortunnio de pregar uma cruzada contra a ordem legal, podíamos ter a certeza de que elle levantaria as populações em massa, homens e mulheres acreditariam na sua voz eloquente e sympathica. E então Deos sabe o que aconteceria...
>
> Deixemos correr o tempo, acautelem-se os catholicos contra as urdiduras do commendador Lucena, e os factos se encarregarão de demonstrar a toda luz, que tem sido elle a personagem mais sinistra em todo esse enredado drama, que se denomina questão religiosa.
>
> *Nihil est occultum, quod non reveletur: dil-o a sabedoria eternal."*[16]

Sabemos que o Padre Mestre não chegou a ser preso nem sofreu outros apuros. Como, porém, o mundo dá muitas voltas, quase 10 anos depois daqueles acontecimentos, o jornal *A Constituição*, de Belém do Pará, publicava a notícia do falecimento de Ibiapina afirmando, entre muitos elogios, que a ele *"deve a província de Pernambuco o restabelecimento da ordem publica por occasião da revolta -- Quebra kilos*." Ibiapina, em sua entrega de vida a Deus e ao próximo mais sofrido, atravessava e vencia o relativismo dos mais diversos julgamentos[17]. Sabiamente, concluiu acima o articulista de *O Apóstolo*, citando o evangelho: "**nada há de oculto que não venha a ser revelado**, e nada em segredo que não seja trazido à luz do dia" (Mc. 4, 22).

---

[16] Cf. O APOSTOLO, Rio de Janeiro, edição n.131, de 20.12.1874.

[17] Da notícia, destacamos o que nos interessa para o momento: "**Óbito importante**. -- O Diário de Pernambuco noticiou o fallecimento do padre Ibiapina natural do Ceará. O padre Ibiapina era um sacerdote distincto pelas suas grandes virtudes e pelo seu saber. (...) Espírito verdadeiramente cordato, ao padre Ibiapina deve a província de Pernambuco o restabelecimento da ordem publica por occasião da revolta -- *Quebra kilos*. Seus serviços ao paiz são relevantíssimos. Paz a sua alma." Cf. *A Constituição* - Órgão do partido conservador. Belém do Pará, 16 de março de 1883.

3. Ibiapina e as "contrariedades" em Triunfo

3.1. O enfrentamento

"No mês de setembro de 1875, noticiaram a meu Pai que a Casa de Caridade da vila de Baixa Verde estava sofrendo oposições e contrariedades bastantes para que em breve desmoronasse; e isto falou tão alto ao seu coração que ele, como uma mãe carinhosa que vê seu inocente filhinho em perigo de ser devorado por desumana fera, não se doeu de arriscar a própria vida para salvar a do inocente amor de sua alma. Sim, porque as Casas de Caridade, que ele instituiu para honra e glória de Deus, como pérolas preciosas para ornar a coroa da Santíssima Virgem, eram-lhe fibras do coração, meninas dos seus olhos, objetos amados de sua alma. Velando constantemente sobre elas com a luz da graça que Deus lhe deu, dirigindo-as com tino e jeito de alta sabedoria, ainda assim lhe cabia fazer como manda a doutrina da verdade, pois desconfiava tudo de si para só confiar em Deus e dizia sempre: *As Casas de Caridade são de Deus; ele tome conta delas e as dirija como for de sua Santa vontade*".

A crônica do tempo continua relatando que o Padre Ibiapina dirigiu-se "em socorro da Casa de Baixa Verde, e com o plano de visitar e reformar as Casas de Caridade da vila de Santa Luzia, cidade de Souza e Cajazeiras", ainda na Paraíba. Partindo de Santa Fé, visitou as três Casas do caminho e seguiu para a Baixa Verde, hoje Triunfo-PE. Ao chegar, tomou as devidas providências no sentido de equilibrar e renovar a vida na Casa de Caridade. No "itinerário da Irmã Vitória" ficou registrado que o Padre Mestre, após a missa diária, "fazia uma prédica combatendo com toda energia e forças a maçonaria, fazendo ver bem claro os erros e grandes males que esses homens faziam à Santa Religião, e o dobrado desses males nos castigos que teriam na Eternidade; e oferecia a sua vida a Deus em sacrifício pela conversão desses ímpios. Falava a respeito da boa moralidade e reforma de vida, que todos deviam ter para tranqüilidade daquele lugar, que ia inundando-se em perversidade de costumes e ordenava ao povo que, ao sair da igreja, cantasse: Não permitais, ó Maria/ Do Brasil amparo e luz/ Que triunfe a impiedade/ Na terra de Santa Cruz"[18].

Segundo Padre Sadoc, o Padre Ibiapina saiu de Santa Fé, na Paraíba, no dia 23 de setembro e chegou a Triunfo em novembro do mesmo

[18] Cf. **A Missão Ibiapina**, op. cit., pp. 122-125, para todas as citações desse item.

ano de 1875[19]. Mas, por uma carta do Sr. Manoel Zeferino de Magalhães, Delegado da "Vila de Triumpho", ao Dr. Antonio Francisco Correia de Araújo, então Chefe de Polícia da Província de Pernambuco, cargo que hoje corresponde ao de Secretário de Segurança do Estado, redigida em 11 de janeiro de 1876, Ibiapina teria chegado "nos primeiros dias do mês de dezembro findo", portanto, no começo de dezembro de 1875[20].

3.2. Ibiapina enganado

Na Casa de Caridade de Triunfo, os problemas tratados por Ibiapina como provocados pela ação da maçonaria parecem ter outra origem ou serem de outra ordem. Nesse ponto, a fonte mais esclarecedora pode ser a carta do Delegado Magalhães, acima referida. Pelo que ficou registrado naquela missiva, na Baixa Verde de então, o que mais repercutia e dividia o povo do lugar era a rivalidade, intriga ou desavença, criada pelo Vigário, Padre João Evangelista dos Santos Lima, contra Frei Estevão da Hungria, um missionário capuchinho italiano[21]. O Delegado Magalhães escreve que: "Chegando àquela Vila o digno missionário Padre Ibiapina nos primeiros dias do mês de dezembro findo, houve quem abusando da credibilidade deste santo homem, e muito calculadamente, fizesse as mais injustas argüições contra Frei Estevão (capuchinho), que há pouco esteve ali missionando; sendo as principais e que mais voga tem sido a de ser ele

[19] Cf. Araújo, F. Sadoc, op. cit., p.321.

[20] Cf. Lopes, Diana Rodrigues. **Padre Mestre Ibiapina e a Casa de Caridade de Triumpho**. Santa Cruz da Baixa Verde: Gráfica Folha do Interior, 2004, p. 120. No livro, encontra-se a transcrição completa da carta do Delegado de Polícia da Vila de Triumpho, Manoel Zeferino de Magalhães, enviada ao Chefe de Polícia de Pernambuco, pp. 120-123. Fonte: Ofícios das Delegacias do Interior de Pernambuco. Secretaria de Segurança Pública: período de 1873 a 1883. Todas as citações da carta, que se encontram em nosso texto, são dessa transcrição.

[21] Frei Estevão da Hungria era natural de Vicência, Itália, e chegou ao Brasil em 1868. Veio para o nordeste depois de atuar na região sul, em Santa Catarina. Trabalhou em Pernambuco e na Bahia, onde faleceu a 1º de maio de 1878. O nome desse frade foi tomado do santo rei da Hungria, mas sua nacionalidade é italiana e não húngara. Ele é citado na extensa relação de missionários capuchinhos que vieram para o Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX. Cf. Primerio, Frei Fidelis M. de. **Capuchinhos em terras de Santa Cruz**. São Paulo: Livraria Martins, 1942, p.383. Sobre a atuação dos frades capuchinhos italianos no Brasil, de modo especial em Pernambuco, durante o século XIX, vale consultar o excelente artigo do historiador Guillermo Palácios. Cf. Palácios, Guillermo. "Século XIX: Capuchinhos italianos no Brasil", em *Revista de História*, São Paulo, Nº 167. Julho/Dezembro 2012, pp. 193-222.

massom (sic), por ter ele ali ido enviado pelo governo, e de ser contrário à adoração das imagens dos Santos, por serem de barro e de madeira".

Segundo o Delegado, os que articularam ódio e falsos comentários contra o frade missionário "fizeram calar no ânimo do venerável ancião [Padre Ibiapina] uma impressão tal que, não pôs dúvida em acreditar nessas falsidades, visto como eram confirmadas pelo Vigário da Freguesia, Padre João Evangelista dos Santos, resultando uma forte exprobração aos atos e às doutrinas pregadas por Frei Estevão ali, e com tanta autoridade que lá está o povo dividido em dois partidos; um por parte de Frei Estevão, e o outro por parte do Padre Ibiapina".

Para o Delegado Magalhães, no entanto, Frei Estevão era homem de virtude e, nos cinco meses que serviu em Triunfo, prestou relevantes serviços ao seu povo. O Frei pregava e agia de maneira correta, pois "encontrou uma boa parte do povo quase idólatra tal era o seu fanatismo e tão ignorante na doutrina quanto exterior a sua religião, e combatendo essa anomalia, pode-se assim dizer, pôde triunfar a religião e prosseguir nas lides de verdadeiro apóstolo..." O trabalho de Frei Estevão se fazia pelo atendimento diário no confessionário, pelas prédicas instrutivas à noite, três vezes por semana, pela conclusão do cemitério público, começado há 20 anos[22], por melhorias na matriz e, ainda, pela sua disponibilidade, percorrendo léguas de distância, para atender confissões de enfermos; tudo isso "sem se fazer esperar onde a sua presença se fazia necessária".

O Missionário foi transferido para Buíque, onde os capuchinhos também missionavam, e deixou Triunfo no dia 4 de outubro, dia de São Francisco, desse ano de 1875. Lemos na carta do Delegado que "o povo deu por sua vez provas de suas afeições e reconhecimento", comparecendo "em número de 1500 pessoas mais ou menos" para sua despedida, muitos "derramando lágrimas pela sua separação", e muita gente acompanhou o Frei "até uma grande distância desta Vila, indo até Flores mais de 100 pessoas e outras até 14 léguas". Tendo Ibiapina chegado a Triunfo em princípios de dezembro, apenas 2 meses depois da partida de Frei Estevão, deve ter encontrado o lugar ainda bastante convulsionado.

Para o Delegado, os "fatos provam que entre o povo e o missionário não havia divergência ou desafeições" e a divisão que estava acontecendo

[22] O cemitério de Triunfo, iniciado em 1856, foi concluído por frei Estêvão, em 1876. No terreno desse velho cemitério foi construído mais tarde, a partir de 1945, o convento franciscano de São Boaventura.

entre os habitantes do distrito foi provocada pelo Vigário da Freguesia. A questão parece ser bastante grave, pois o Sr. Magalhães diz em sua carta que "não é possível aqui declarar os fundamentos que tenho por assim pensar", mas se dispõe a expor pessoalmente ao seu superior, Dr. Antonio Francisco: "Se por isso V. Sa. se dignar ouvir-me, então verá que tenho a dizer que a substituição desse Vigário naquela Freguesia é conveniência pública".

O Delegado Magalhães acusa o Vigário de ter criado, de maneira calculada e, portanto, maldosa, uma falsa rivalidade entre Padre Ibiapina e Frei Estevão. Com quais propósitos não conseguimos descobrir. De qualquer modo, segundo a carta, Ibiapina teria sido enganado e as razões desse engodo, de tão graves, só poderiam ser reveladas verbalmente, se o Chefe de Polícia da Província tivesse interesse em saber.

Segue, então, o Delegado em sua missiva: "Se aí tenho falado no nome do venerável Santo, digno Padre Ibiapina, é porque assim exige a exposição dos fatos; mas se alguma cousa há de reprovável por sua parte, deverá ser levado em conta aqueles que abusam de sua credibilidade e nem a seu respeito deve haver providências que o possa desagradar, já pela consideração de que é credor e já porque a menor contrariedade que sofrer ele, deverá produzir lamentáveis efeitos por todo aquele sertão". Para encerrar, o Delegado Magalhães ainda escreve sobre o Vigário que "o seu fanatismo é coisa que não se ignora, e que, aliás, não correspondem os seus atos com os do homem verdadeiramente religioso". Pelo que nos transmite a carta, entendemos que o Padre Ibiapina caiu numa armadilha de contrariedades, sendo vítima das articulações do Padre João Evangelista, pessoa de sua total confiança[23]. O Padre Evangelista permanecerá em Triunfo por alguns anos apenas, pois entre 1880-1884, ele aparecerá à frente da paróquia de Serra Talhada.

Em princípios de dezembro de 1875, portanto, quando Ibiapina chegou a Triunfo, dois fatos recentes estavam ditando o clima geral de

[23] A paróquia de Nossa Senhora das Dores de Triunfo foi criada pelo Governo em junho de 1870 e confirmada pela Diocese de Olinda em março de 1871. Nesse mesmo ano, seu primeiro pároco, padre João Evangelista dos Santos Lima, convidou o Padre Ibiapina para ali pregar missões, dando oportunidade para o surgimento da Casa de Caridade do lugar, com inauguração a 7 de janeiro de 1872. Cf. Araújo, Francisco Sadoc de, op. cit., pp. 316-317. Antes da elevação à paróquia, porém, por toda aquela região e por muitas décadas, atuaram os missionários jesuítas e capuchinhos, levantando igrejas, catequizando o povo e até tentando acabar com rebeliões populares, a mandado do Governo.

desassossego. O primeiro era que, com a anistia de Dom Vital, em 17 de setembro desse ano de 1875, por toda a diocese de Olinda estava sendo lida a sua Carta Pastoral, escrita na prisão, com publicação em 24 de setembro daquele ano. Nessas circunstâncias, Ibiapina sentia-se no dever de explicar aquele momento histórico, fazendo seus comentários e críticas à política do Governo Imperial, defendendo a Igreja e combatendo "com toda energia e força, a maçonaria", diretamente envolvida naquelas ações governamentais. O segundo fato era a questão entre o Vigário de Triunfo e Frei Estevão, com a retirada ou despedida do Frade no dia 4 de outubro e a divisão criada no meio da população. Em relação ao frade capuchinho, pelo que escreveu o Delegado Magalhães, o Padre Ibiapina foi induzido a acreditar, lamentavelmente, nas desinteligências fanáticas do Vigário.

3.3. Consequências

É muito possível que toda essa situação, sentida como hostil e desgastante, tenha concorrido para provocar a doença que determinou a última viagem missionária do Padre Mestre. Pelo que escreveu Irmã Vitória, já no dia 30 de dezembro daquele mesmo ano de 1875, o Padre Mestre não pôde mais celebrar a missa da manhã, apresentando-se gravemente enfermo, "com muita febre e dor de cabeça, uma dor aguda sobre o lado direito, com tontice, cujos sintomas eram de congestão e pleurisia. Cresceu o dia e ele a ficar mais incomodado, empregou-se algumas doses homeopáticas, mas estas de nada lhe serviram porque os sofrimentos mais se agravavam"[24].

No dia 7 de janeiro de 1876, Ibiapina e sua comitiva, ele sobre uma cama transformada em liteira ou maca improvisada e o povo em resignação de "via sacra", partiram da Baixa Verde (Triunfo-PE) de volta para Santa Fé. Depois de andar 4 dias, descansavam num sítio chamado Cedro, mas, orientados pelo Padre Manoel Vieira, de Cajazeiras, voltaram para Bom Conselho (Princesa Isabel-PB), onde permaneceram por dois meses e dias, esperando melhoras para continuar a viagem[25]. Depois, segundo afirma a

[24] Cf. **A Missão Ibiapina**, op. cit., pp. 126-131. Estando o delegado Magalhães na cidade do Recife quando escrevia sua carta, em 11 de janeiro, não deve ter tomado conhecimento da doença e da volta de Padre Ibiapina para a Paraíba, no dia 07 do mesmo mês, pois nenhuma referência faz a esses fatos.

[25] Nesse tempo, o *Diário de Pernambuco*, do dia 14 de fevereiro de 1876, noticiou o falecimento de Ibiapina na Baixa Verde, reproduzindo nota do jornal *O Cearense*, de Fortaleza, que

tradição, a caminhada passou por Umburanas (Itapetim-PE) e, entrando pela Paraíba, seguiu por Livramento, São José dos Cordeiros, São João do Cariri, Cabaceiras e Pocinhos, até chegar à Santa Fé, na Arara, com a ajuda devotada de centenas de pessoas, gente dos muitos lugares por onde a caravana passava. Tendo percorrido uns 400 km a pé, o cortejo chegou ao destino no dia 14 de abril desse ano de 1876, uma sexta-feira santa, com Ibiapina vivo e lúcido, mas paralítico. Agora, o Padre Mestre permanecerá na Casa de Caridade de Santa Fé até sua partida definitiva que se dará no dia 19 de fevereiro de 1883, quase sete anos depois da saída de Triunfo.

À guisa de conclusão

O conflito entre Igreja e Maçonaria experimentado pelo Padre Ibiapina, nos idos de 1873-1875, continua atual e despertando polêmica. Os toques, palavras e sinais maçônicos parecem não comover a Igreja Católica, em suas leis e decisões canônicas oficiais. Na vida prática, porém, a situação é bem diversa e plural na concepção de vários dos seus membros e pastores locais.

Invocando o Concílio Vaticano II, muitos padres e bispos da hierarquia católica procuram esquecer antigas divergências e conflitos, até mesmo porque são agradecidos pelas boas ajudas materiais e colaboração pastoral que recebem de pessoas e instituições maçônicas em suas paróquias e dioceses. Lembramos alguns encontros entre líderes da Igreja Católica e da Maçonaria que tiveram, recentemente, ampla divulgação na mídia brasileira. Em 2003, Dom Dadeus Grings, quando ainda Arcebispo de Porto Alegre, procurou minimizar divergências entre as instituições, participando de várias cerimônias maçônicas[26]. Em 2009, Dom José Alberto Moura, Arcebispo de Montes Claros, procurou acertar-se com a Maçonaria para realização de projetos da Campanha da Fraternidade, tendo recebido, inclusive, uma placa comemorativa daquela instituição[27]. Em dezembro de 2010, o bispo de Caruaru, Dom Bernardino Marchió,

afirmava ter recebido a notícia por cartas vindas da cidade do Crato. Sobre esse e outros boatos, cf. Carvalho, Ernando Luiz Teixeira de. "Boatos na vida do Padre Ibiapina", in RIC, Vol. 130, Fortaleza, 2016, pp. 181-188.

[26] Cf. *O Vigilante* – Órgão de divulgação da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul, Ano XXXV, n.59, setembro/outubro, 2003.

[27] Cf. *O Malhete* – Informativo Maçônico, Político e Cultural – Linhares-ES, 9 de março de 2009.

celebrou missa para maçons na Catedral e recebeu comenda da Maçonaria[28]. Dom Dino, como é chamado, agradeceu a distinção e denominou o evento de festa da alegria, pedindo as bênçãos de G.A.D.U.[29] para que todos se mantivessem alegres, unidos e felizes, *ut omnes unum sint* (Jo 17,21): para que todos sejam um![30].

Em diferentes lugares, nas questões envolvendo instituição maçônica e Igreja Católica, a situação apresenta suas contradições. Enquanto a Arquidiocese da Paraíba tem admitido maçons para o diaconato permanente, conferindo-lhes a Ordem Sacra[31], a Diocese de Pesqueira, agreste de Pernambuco, suspendeu um Padre de suas funções pastorais, apenas por ter celebrado missa para a Maçonaria, no dia do Maçom[32].

O Novo Código de Direito Canônico, promulgado aos 25 de janeiro de 1983, no cân. 1374, mesmo sem repetir o antigo Código de 1917, cân. 2335, que condenava expressamente a maçonaria como "associação que maquina contra a Igreja", conserva o mesmo conteúdo, mesmo teor e deter-

[28] Cf. *Revista Informabim* nº 181, p.2: artigo republicado em vários blogs e boletins maçônicos: "Maçons vão a Santa Missa, em Caruaru".

[29] Para quem não sabe, essa sigla representa o nome de Deus, considerado pelos maçons como o Grande Arquiteto Do Universo: G.A.D.U.

[30] Essas e outras notícias sobre o assunto podem ser encontradas, livremente, acessando a internet, usando a palavra **maçonaria** e o **nome do bispo em questão** como palavras chaves. Em relação a Dom Bernardino Marchió, não deixa de ser curioso que no *Boletim Informativo da Causa de Beatificação e Canonização de Dom Vital*, Ano I, Nº 1, novembro de 2012, ele tenha deixado sua palavra dizendo, entre outras, que "*Dom Vital foi fiel à sua missão e marcou a história da nossa Igreja. Que Deus nos conceda a graça de enfrentarmos os desafios de hoje com a mesma coragem de Dom Vital*". Talvez ele não tenha conhecimento que o grande bispo e santo Dom Vital é considerado um Mártir da perseguição maçônica!

[31] Já faz algum tempo, tomamos conhecimento que Iran Alves Soares, mestre maçom da Loja Maçônica Branca Dias, e alguns outros membros de Maçonaria foram ordenados Diáconos Permanentes da Arquidiocese da Paraíba e que atuam regularmente em paróquias. Participando do ECC (Encontro de Casais com Cristo), do Terço dos Homens,omens de outros movimentos ou pastorais católicas, em equipes de preparação de pais e padrinhos para o Batismo de crianças ou de noivos para o casamento religioso, mesmo sem terem recebido a ordem sacra do diaconato, supõem-se dezenas de maçons engajados! Com o conhecimento dos bispos ou não, essa realidade parece não ser exclusiva da Arquidiocese da Paraíba.

[32] A missa foi celebrada em 2012 e em 2013, dia 20 de agosto, com a presença maciça de membros das lojas maçônicas dos municípios de Sanharó, Belo Jardim e Pesqueira pelo Padre José Gomes de Melo, conhecido como Padre Nilson. O Bispo de Pesqueira, Dom José Luiz Ferreira Salles, discordando do ato, resolveu afastar o padre de suas funções. Cf. **Nota do Bispo de Pesqueira**, acessando a internet.

minação contra a instituição maçônica, sobretudo por motivos doutrinais. No comentário a esse cânon do Novo Código são evidenciadas, ao menos, três questões fundamentais que impossibilitam qualquer conciliabilidade: em relação às autoridades às quais o maçom deve obedecer; em relação a um humanismo radical que não admite autoridade de revelação divina; em relação à fraternidade que é restrita aos membros da própria instituição[33].

O Padre Jesus Hortal, em longo e sólido artigo[34], percorre a história das relações da Igreja com a Maçonaria, pondo em evidência a razão principal da incompatibilidade entre as duas instituições. Mais de duzentos e cinquenta anos após a primeira condenação, nas Constituições Apostólicas *In eminenti*, de Clemente XII (1738), a posição oficial da Igreja Católica parece nada ter mudado. Segundo o Padre Hortal, a razão básica das condenações continua sendo a mesma: **a inconciliabilidade entre a afirmação sincera e plena da fé católica e o relativismo que se oculta por atrás do universo simbólico maçônico**. Toda a documentação apresentada por Hortal leva a uma conclusão lógica: Maçonaria e Igreja Católica são simplesmente inconciliáveis, com uma inconciliabilidade que não depende de conjunturas históricas, nem de ações particulares, mas que é intrínseca à própria natureza de cada uma das organizações em confronto. Para ele, a Igreja até admite diálogo com a Maçonaria, mas não a pertença simultânea às duas instituições. Atualmente, com o Papa Francisco, nenhum aceno foi dado para qualquer possível reavaliação do problema.

* * *

[33] Cf. CNBB (tradução oficial). Código de Direito Canônico. São Paulo: Edições Loyola, 1983, pp. 598-600 (comentário ao cân. 1374). Sobre a inconciliabilidade entre Igreja e Maçonaria vale também conferir Ratzinger, Cardeal Joseph A. "Declaração sobre as Associações Maçônicas", em *L'Observatore Romano*, 26.11.1983. Ratzinger, então prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, reafirma que permanece inalterado o parecer negativo da Igreja em relação às associações maçônicas, pois seus princípios continuam sendo considerados inconciliáveis com a doutrina da Santa Sé. O artigo apresenta ainda proibições e sanções para quem infringir as determinações canônicas.

[34] O Pe. Jesús Hortal, S. J., PhD em Direito Canônico pela PUG-Roma, professor em diversas instituições teológicas, foi também Reitor da PUC-Rio (1995-2010). O referido artigo está publicado na revista "Direito e Pastoral", ano VI, números 23-24, janeiro-abril de 1992, pp. 58-81. O texto ainda pode ser encontrado em: Hortal, Jesus. **Maçonaria e Igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?**, São Paulo: Paulus, 2002, Coleção Estudos da CNBB, n. 66, 4ª edição revista e ampliada. O Padre Hortal foi responsável pelas notas de rodapé para os artigos do Novo Código de Direito Canônico e, no final da publicação, ele mesmo apresenta suas *Advertências sobre as notas explicativas*, justificando seus comentários.

No tempo de Ibiapina a peleja em Campina Grande era real e concreta, notadamente, pela inauguração de uma loja maçônica na cidade. Em Arara, a revolta do "Quebra-Quilos" era também real, entendida como uma perseguição maçônica, sem que nada tenha sido comprovado sobre possível envolvimento do Padre Mestre com os revoltosos. Já em Triunfo, Ibiapina lutava contra a maçonaria, mas o problema no lugar parece ter sido causado por desentendimento entre o pároco e o missionário capuchinho, acusado de ser maçom, levando-se em conta o que escreveu o Delegado Magalhães. Em todos os casos, porém, envolvendo a política do tempo, o Padre Ibiapina entrava de corpo e alma na defesa do povo e da Igreja.

Padre Ibiapina... de herança nativista e revolucionária, o próprio nome Ibiapina, para José Antonio Pereira, mais que um sobrenome, é uma marca, um selo, um emblema, um destino, um caminho, um chamado, uma vocação, um desafio, um enfrentamento, um programa de vida. O apelido plantado na alma do pai, confederado do Equador, foi passado para os filhos, mas o nosso Ibiapina teve oportunidade de abolir ou cancelar esse nome e não o fez. Em sua matrícula no seminário de Olinda, constata Sadoc[35], o sobrenome de origem tupi ainda não aparece, mas ele o adotará durante o curso de Direito e tornar-se-á conhecido, para todos os efeitos, como Dr. Ibiapina. Mais tarde, já sacerdote, quando assumiu o '*de Maria'* na sua identidade, poderia ter suprimido o Ibiapina, mas preferiu perder o Pereira e passou a assinar-se Padre José Antonio de Maria Ibiapina ou, simplesmente, Padre Ibiapina. Entendemos que a adoção desse nome representa a conservação da chama política, ampliada pela luz de Cristo, que ele alimentou por toda a vida, tentando construir um mundo novo de justiça, solidariedade e amor fraterno.

Sendo Ibiapina um missionário do clero secular, sem receber honorários do Governo, sentia-se livre o bastante para combater a Maçonaria com toda energia e força, na convicção de defender o rebanho como o Bom Pastor defenderia. Pelo seu trabalho de transformação humana e social através das missões populares e, sobretudo, por meio das Casas de Caridade, ele pode representar um ponto de partida e reflexão para a Igreja do novo tempo, com o advento da República, sem a tutela oficial do Estado. Tendo falecido em 1883, o Padre Mestre não alcançou as grandes datas de transformação do final do século, mas deixou seu legado inconfundível de missionário apostólico e de civilizador arrojado dos nossos sertões.

[35] Cf. Araújo, Francisco Sadoc de, op. cit., p.120.

Referências

JORNAL "A Voz da Religião no Cariry", Crato: Tipografia do Internato do Coração de Maria, Coleção 1868-1870.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 1979.

ANDRADE, Delmiro Pereira. **Evolução histórica da Paraíba do Norte.** Rio de Janeiro: Minerva, 1946.

ARAÚJO, F. Sadoc. **Padre Ibiapina – Peregrino da Caridade**. São Paulo: Paulinas, 1996.

CARVALHO, Ernando Luiz Teixeira de. **A Missão Ibiapina**. Passo Fundo, Ed. Berthier, 2008.

CNBB. **Código de Direito Canônico**. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

HORTAL, Jesus. **Maçonaria e Igreja: conciliáveis ou inconciliáveis?** São Paulo: Paulus, 2002, Coleção Estudos da CNBB, n. 66, 4ª edição revista e ampliada.

JOFFILY, Geraldo Ireneo. **O Quebra-Quilo – A revolta dos matutos contra os doutores – 1874**. Brasília: Thesaurus Editora, 1974.

LIMA, Pe. Francisco, **Dom Adauto – subsídios biográficos**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 3vols., 1956. Segunda edição: João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

LOPES, Diana Rodrigues. **Padre Mestre Ibiapina e a Casa de Caridade de Triumpho**. Santa Cruz da Baixa Verde: Gráfica Folha do Interior, 2004.

OLIVOLA, Frei Felix de. **D. Vital -- Um Grande Brasileiro.** Recife: Edição da Imprensa Universitária, 1967.

PALÁCIOS, Guillermo. "Século XIX: Capuchinhos italianos no Brasil", em *Revista de História*, São Paulo, Nº 167. Julho/Dezembro 2012, pp. 193-222.

PRIMERIO, Frei Fidelis M. de. **Capuchinhos em terras de Santa Cruz**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

SOUTO MAIOR, Armando. **Quebra-Quilos – Lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Brasiliana v. 366, 1978.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. "A Maçonaria na Paraíba", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - RIHGP*. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. SECE, João Pessoa, 2000.